

7 893614 010014

R\$1

SEGUNDA-FEIRA

19 de julho de 2021

Ano 49, nº 16.032

www.jornaldebrasilia.com.br

Assinaturas: 0800-612221

Jornal de Brasília



A DRAMÁTICA ESTATÍSTICA DO FEMINICÍDIO NO PAÍS

MORRERAM APENAS PORQUE ERAM MULHERES

Estudo mostra que, em 2020, um terço das vítimas femininas de assassinatos no Brasil perderam a vida pela simples condição de gênero. No último ano, foram pelo menos 1.350 mulheres mortas. **13**

VITOR MENDONÇA/JORNAL DE BRASÍLIA

ACÁCIO PINHEIRO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Bolsonaro faz defesa de Pazuello

Presidente não vê problema em nova denúncia contra seu ex-ministro **6**



A eficácia de uma prática de 5 mil anos

Médico diz como a medicina chinesa ajuda a aliviar os traumas da covid **5**

Flamengo em ritmo de goleada

Sob o comando de Renato Gaúcho, time vence o Bahia por 5 x 0, no Brasileirão **17**



MEIO AMBIENTE

Ibram emite mais de mil licenças em dois anos

Entre elas, está a autorização para a produção do IFA da Sputnik V no DF

CATARINA LIMA

redacao@grupojbr.com

Mais de mil atos de licenciamento ambiental foram emitidos pela Superintendência de Licenciamento Ambiental (Sulam), do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) nos anos de 2019 e 2020. Já no primeiro semestre de 2021, foram emitidos 168 atos autorizativos, entre eles a licença de operação para produção do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) da vacina Sputnik V.

Também foram emitidos este ano as licenças ambientais simplificadas para pavimentação da DF-131 e duplicação da DF-140; licenças de instalação corretiva para a regularização das Áreas de Regularização de Interesse Social (Aris) Primavera, Itapoã e Pôr do Sol, além da licença de instalação do parcelamento de solo do Quinhão 16 e licença de operação para as quadras 500, todas no Pôr do Sol.

Segundo o superintendente da Sulam, Alisson Neves, os esforços iniciais possibilitaram uma mudança de atenção em 2021. “Começamos o ano com dois focos importantes: a intensificação do trabalho de revisão normativa e a priorização de questões ligadas ao parcelamento de solo, que é a atividade potencialmente poluidora que mais desafia a gestão ambiental no Distrito Federal”, explicou.

Neves destacou o trabalho intenso para conter o passivo de processos, realizado durante os dois primeiros anos de gestão.

O empenho permitiu a diminuição da fila de processos ambientais de postos de combustíveis, avicultura e suinocultura. Além disso, constatou-se a inexistência de projetos de obras de infraestrutura de



No primeiro semestre de 2021, o Ibram emitiu 168 atos autorizativos mostrando maior celeridade

gestão pública parados por questões ambientais.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento dos padrões normativos, realizado até a presente data, o Brasília Ambiental classificou as atividades licenciáveis levando-se em consideração a dimensão e o grau de poluição que cada atividade pode causar ao meio ambiente. A padronização tem possibilitado o avanço de propostas a serem apreciadas pelo Poder Executivo e pelo Conselho de Meio Ambiente (Conam/DF).

Licenciamento é o procedimento administrativo obrigatório pelo qual o órgão ambiental competen-

te – no caso do DF, o Brasília Ambiental – licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Para agilizar o processo de licenciamento, o Instituto Brasília Ambiental transferiu, do presidente do órgão para o superintendente da área, a decisão sobre prorrogar ou não o prazo para cumprimento

de obrigações pelas empresas.

No processo de licenciamento, aponta o Instituto, é muito comum a solicitação, pelo empreendedor, de prorrogação de algum prazo para o cumprimento dessas condicionantes. Então, a Superintendência de Licenciamento emitia um parecer, e cabia ao presidente do órgão conceder ou não a dilatação do prazo.

“Porém, como em via de regra a Presidência sempre endossou o parecer da área técnica, foi acordada essa mudança para que ocorra mais agilidade no processo”, explica Alisson Neves, superintendente de Licenciamento.

COVID-19

DF registra mais 12 mortes

OLAVO DAVID NETO

redacao@grupojbr.com

A Secretaria de Saúde (SES) atestou ontem mais 12 mortes em decorrência da ação do novo coronavírus no Distrito Federal. Destas, três ocorreram no próprio domingo, enquanto as outras nove se deram entre 9 de junho e o último sábado (17). Com os números, o DF chegou a 9.476 óbitos desde o desembarque da pandemia ao Planalto Central. A SES também confirmou 498 contaminações em 24h. No total, são 441.749 testes positivos na capital, enquanto 425.872 contaminados se recuperaram da doença. A taxa de remissão é de 96,4%.

Conforme a última atualização, há 6.401 infecções ativas na capital da República. A taxa de retransmissão (rt) fechou o dia em 0,96 – ou seja, cem pessoas contaminadas transmitem a doença para 96 outros indivíduos. Quando o índice está abaixo de 1, configura-se desaceleração da pandemia. De acordo com a SES, as vítimas falecidas ontem – dois homens e uma mulher –, residiam no Gama, em Santa Maria e em Sobradinho.

Ceilândia e Sol Nascente, contabilizadas juntas, lideram as contaminações por Região Administrativa. Até a noite de ontem, as RAs acumulavam 48.829 infecções, seguida pelos 42.844 contágios registrados no Plano Piloto; na sequência vêm Taguatinga, agora com 34.834 casos, Samambaia, com 24.712 diagnósticos da covid-19, e Águas Claras/Arniquireira, com 24.328, pouco à frente de Guarã, com 21.417, e Gama, onde 19.529 contágios foram aferidos.

Os ceilandenses são as maiores vítimas da covid-19. A Região Administrativa mais populosa do DF contabiliza 1.481 mortes por covid-19, enquanto Taguatinga perdeu 921 cidadãos. Samambaia enterrou 708 pessoas.

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972

Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.

CNPJ - 13.846.483/0001-91

TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000

ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP: 70.610-410Instituto
Verificador de
ComunicaçãoANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS
www.anj.org.br

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R\$ 260,00 – SEMESTRAL: R\$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R\$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R\$ 3,00

Classificados: Sucursal São Paulo:
(61) 99637-6993 (11) 5097-6777
Dep. Comercial: Sucursal Rio de Janeiro:
(61) 3343-8180 (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (Interino) (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITORA EXECUTIVA - IMPRESSO
Vanessa Lippelt (vanessa.lippelt@grupojbr.com)

EDITOR EXECUTIVO - ON LINE
Miguel Alves (miguel.alves@grupojbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

EDITORES

Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

Larissa Galli (larissa.galli@grupojbr.com)

Thiago Henrique de Moraes (redacao@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

MOBILIDADE

Ônibus do DF aceitará até Pix

Empresas de transporte vão modernizar sistemas de informação e bilhetagem eletrônica

As empresas que atuam no transporte público coletivo do Distrito Federal terão de modernizar a tecnologia dos coletivos com equipamentos que facilitem o controle operacional das linhas e a mobilidade dos passageiros. A medida está prevista em uma portaria da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob), publicada no Diário Oficial do DF da última sexta-feira (16).

Os equipamentos que serão modernizados fazem parte do Sistema Inteligente de Transporte (SIT) e do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA). O objetivo é melhorar o controle em tempo real (on-line) da frota em serviço, as informações sobre a movimentação de usuários e a bilhetagem eletrônica.

De acordo com o secretário Valter Casimiro, a modernização do sistema trará vários benefícios para a operação e para o usuário do transporte coletivo. “Os novos equi-

pamentos vão possibilitar a transmissão de dados em tempo real, facilitando o controle operacional das linhas e horários dos ônibus. Também irão criar facilidades para o usuário pagar pela passagem com diversos meios ou mesmo para adquirir créditos para viagens futuras, além de aumentar a segurança com a redução da circulação de dinheiro nos ônibus”, explicou.

Uma das facilidades que os novos equipamentos trarão é a oferta de diversas formas de pagamento de passagem. Além do cartão mobilidade, o passageiro poderá utilizar o próprio cartão bancário (débito ou crédito) para transpor a catraca. Os validadores também deverão reconhecer códigos em QR code que comprovem o pagamento antecipado da passagem no banco, podendo ser por aplicativo ou Pix.

Prazo

Com a publicação da portaria, as

operadoras terão prazo de 210 dias para instalar os novos equipamentos. No final do prazo, todos os ônibus deverão estar com GPS e dispositivo de transmissão e recepção de dados por meio da internet. Os validadores de cartão deverão ter câmera de reconhecimento facial e leitores de códigos de resposta rápida (QR code). A Semob vai analisar todos os contratos de aquisição dos equipamentos, antes de serem instalados pelas concessionárias.

Com a nova tecnologia, o sistema vai facilitar o fornecimento de informações sobre a localização dos ônibus e o momento em que o veículo passará em determinada parada ou terminal. “Teremos dados mais rápidos sobre o tempo de viagem, a lotação dos ônibus e o itinerário percorrido, que são informações importantes não apenas para a fiscalização como também para o planejamento do transporte coletivo”, concluiu Ricardo.



Operadoras terão 210 dias para instalar os novos equipamentos



Acesse com a câmera do celular:

Participe da PDAD 2021 e ajude o DF a se desenvolver.

De maio a outubro de 2021, a Codeplan realiza mais uma **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**, que acontece desde 2004. Para responder a essa pesquisa, ninguém melhor que um especialista na cidade: você, cidadão. Por meio da PDAD 2021, o GDF terá acesso a um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Distrito Federal, ajudando o governo a desenhar políticas públicas adequadas à realidade da população. **Por isso, sua participação é fundamental.**

Pesquisa realizada na porta de casa ou até mesmo por telefone.

As respostas são sigilosas.

São solicitados apenas nome e telefone.

Podem participar maiores de 14 anos e o responsável pelo domicílio.

Pesquisadores utilizam crachá, colete identificador e equipamentos de segurança.

Acesse: www.codeplan.df.gov.br ou disque (61) 3342-1102 / 3342-1349



Lave as mãos com frequência.



Use álcool em gel.



Use máscara.



Evite aglomerações.

Secretaria de Economia



DEFENSORIA PÚBLICA

Mutirão para corrigir nome e gênero de pessoas trans

No dia 28 de julho, defensoria receberá comunidade transsexual e transgênero

LUCAS NEIVA
redacao@grupojbr.com

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) iniciou os preparativos para que, no próximo dia 28, ajude pessoas transsexuais, transgêneras e não-binárias no processo de correção de nome e gênero em suas documentações. O atendimento será feito somente de forma virtual por meio de um número de whatsapp criado exclusivamente para o mutirão. O atendimento irá acontecer das 8h às 18h.

A correção dos dados civis de pessoas da comunidade trans já é

reconhecida do Brasil desde 2018, quando o direito foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A participação no mutirão não exige a realização de cirurgia de redesignação sexual, mas sim apenas a apresentação dos documentos listados na cartilha disponível na QR Code ao fim da matéria.

Registro de nova vida

Apesar de parecer uma pequena mudança, a correção dos dados no registro civil representa uma mudança profunda na vida de pessoas trans, como conta a modelo Tereza Ferreira, de 18 anos, que conseguiu

resolver a sua situação em cartório. “Sempre que eu tinha que oferecer minha identidade ou meu CPF era uma agonia. Você sempre pensa que todos vão te julgar, você percebe os olhares diferentes quando isso acontece. Para mim essa mudança foi um alívio imenso”.

A comunicóloga trans Ísis Gabriela, de 25 anos, considera que a possibilidade de consertar os dados representa a entrada das pessoas trans na sociedade. “Esse nome representa quem nós somos, é a nossa identidade completa, nossa vida completa. É o nosso renascer. É poder estar na sociedade sendo vistas como

nós sempre quisemos ser vistas”, explica.

O efeito dessa mudança não é apenas simbólico, mas resolve diversas situações práticas na vida dessas pessoas, que muitas vezes não conseguem recorrer a certos serviços por conta da sua documentação. “Certa vez precisei de atendimento em um hospital aqui em Brasília. Apresentei meu documento e disse qual era meu nome social, mas a atendente se negou a me atender. A atendente do pronto-socorro se negou a me registrar pelo nome social, mesmo a lei nos garantindo esse direito”, narra Ísis.

MARCELLO CASAL JR



Ação da Defensoria permitirá a mudança dos documentos sem maiores dificuldades

Critérios simples para participar da ação

A atriz Gabriela Guimarães, de 20 anos, conta que desde muito cedo já percebia não se identificar totalmente com o gênero masculino, e que o processo até se perceber como mulher durou toda a sua adolescência. A mudança de nome significou para ela a concretização desse processo. “É algo que já vinha sendo construído ao longo da minha vida, e que nesse

momento, quando troquei de nome aos 18 anos, as pessoas passaram a me tratar como Gabriela. Foi um alívio, a minha estranheza entre feminino e masculino foi se diluindo com o tempo, até que eu pude concretizar essa figura feminina tanto internamente quanto socialmente”, conta.

O atendimento será feito via whatsapp, pelo número (61)

98244-2516. Pessoas maiores de 18 anos podem solicitar livremente a mudança, já as menores precisam apresentar termo comprovando consentimento dos pais. Caso não consigam o consentimento, também podem procurar a defensoria para abrir processo de suprimimento do consentimento dos pais.

Pessoas trans com filhos devem

também levar a documentação dos filhos, conforme a cartilha disponível, para que esses documentos também possam ser corrigidos. O mesmo se aplica para documentações relacionadas a casamentos. Pessoas que não consigam fazer a mudança por meio do mutirão da Defensoria também podem fazer em cartório, seguindo as orientações da cartilha.



Leia o QR Code acima para ter acesso a cartilha com as regras



COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS

Medicina chinesa contra a covid-19

Método complementar auxilia aumento da imunidade, porém sofre para ter espaço no mundo ocidental

VÍTOR MENDONÇA
redacao@grupojbr.com

Essencial frente aos primeiros casos do novo coronavírus no mundo, especialmente na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) é um dos métodos de tratamento complementares contra a covid-19 que trouxe resultados rápidos e eficientes no início da proliferação do vírus no país de origem, com resultados satisfatórios quanto à melhora do quadro dos pacientes.

De acordo com artigo publicado na Revista Chinesa de Medicina Natural (CJNM) em março de 2020, uma vez que o vírus pandêmico se alastrou à época por mais de 30 países no mundo, tratar da doença de maneira rápida e eficaz era essencial. Portanto, segundo o documento, a MTC pôde oferecer a resposta mais efetiva por se tratar de uma medicina pensada individualmente para cada paciente. A taxa de efetividade foi superior a 90%.

A MTC é um conjunto de técnicas e práticas naturais de tratamentos para as mais diversas enfermidades e dores, de acordo com o médico especialista na medicina oriental Ennio Ferreira Bastos. Segundo ele, a prática originária da China é desenvolvida há aproximadamente 5 mil anos. No entanto, é ignorada por ampla maioria da medicina ocidental, focada apenas na aplicação de remédios e cirurgias, sem estabelecer uma cultura de tratamento preventivo.

“É a ditadura das superpoderosas farmacêuticas. A medicina ocidental não entende a linguagem da oriental, e falta estudo dos profissionais sobre a medicina chinesa. Temos que pensar em uma medicina global. Vamos entender como tal e curar as pessoas e cuidar da saúde do povo?”, instigou o médico. Segundo ele, ainda há muito o que avançar quando se trata de alinhamento entre os dois pólos de tratamento de doenças.

Para Ennio, a separação apenas atrapalha, quando, na verdade, as duas medicinas deveriam ser complementares. “Não queremos com-



Ennio Ferreira Bastos: “Temos que pensar em uma medicina global”

petir. Queremos auxiliar na prevenção, tratamento e recuperação. É preciso uma integração pensando na política pública, não na política de doença. Nós entregamos saúde: cuidamos de desarmonias e disfunções. A MTC participou no tratamento de todas as pestes.”

Na Zen Jus - Medicina Chinesa e Terapias Orientais, onde o médico especialista atua, são recebidos diariamente pacientes com sequelas decorrentes da covid-19. A clínica está localizada no clube da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e possui tratamentos de acupuntura, ventosaterapia, massoterapia, auriculoterapia, reiki, entre outras técnicas, que têm contribuído para a melhora dos quadros de saúde.

“Todos os clubes têm churrasqueiras, quadras e piscinas, mas esse é o único clube de Brasília que se preocupa com a saúde mental dos seus associados”, destacou o especialista. “A imunidade cresce com a aquisição de vitamina D ficando minutos debaixo de um sol bem forte de meio dia, por exemplo. Tomar açafrão e chás fitoterápicos e de cúrcuma com gengibre também ajuda o corpo a se defender”,

disse Bastos, sobre tanto a prevenção quanto o tratamento da doença.

“Hoje estamos diante de uma pandemia em que o melhor remédio é a imunidade. Através da alimentação podemos fortalecê-la. Quando falo da forma de se alimentar para os meus pacientes, sempre digo que pela manhã nós temos que nos alimentar como reis; à tarde almoçar como príncipes; e à noite jantar como plebeus. Não somos bichos que só comem - nós nos nutrimos”, destacou.

As áreas da MTC

Para além da acupuntura, fazem parte da MTC a “utilização de fitoterapia (fórmulas magistrais contendo ervas), meios físicos (como calor e massagem), técnicas corporais (como dieta e exercícios), práticas de respiração e meditação, entre outras”, conforme explica o doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo e membro do corpo clínico do Hospital Israelita Albert Einstein em São Paulo, Marcelo Saad, em artigo denominado “A Medicina tradicional chinesa tem base científica?”, de 2008.

OLHAR PSI

Adriana Kortlandt



INTERSER

Se você é poeta, verá claramente que existe uma nuvem flutuando nesta folha de papel, que por mais fina que seja, contém todo o universo. Quem fala isto é Tich Nhat Hanh, pacifista, escritor, além de ser um dos mestres do zen-budismo mais respeitados do planeta. Ele está quase completando um século de vida, e resume com as primeiras frases deste artigo a quintessência de seu ensinamento em neologismos cunhados por ele: interexistir, interser.

Sobre o universo na folha de papel: Sem a nuvem, não há chuva; sem chuva, não há árvore, não há papel. A nuvem é essencial para que o papel exista. Nuvem e papel interexistem. Se continuarmos olhando a folha, vemos o brilho do sol. Sem sol, não há florestas, nada cresce, nem nós. Assim, sabemos que o sol também está na folha de papel. O papel e o sol interexistem, assim como o madeiro, e todo encadeamento de pessoas que precisam comer, viver, e interser com cada elo de sua própria corrente geradora de vida. Os ancestrais também estão presentes. Sem eles não somos, nem as árvores são.

Olhando desta forma, vemos que sem esses elementos, a folha de papel não pode existir. Nós também estamos nela, porque a percebemos, precisamos dela para ler, refletir, e passar a mensagem adiante. Não podemos apontar algo que não esteja nesta folha de papel. Tudo coexiste nela.

“Ser” é interser. Um todo adocido significa indivíduos “inter-adocidos”, e vice-versa. Esta parece ser a nossa realidade.

Há perguntas: O que compõe a coexistência em sociedade? Será que percebemos que somos o meio ambiente se adoecendo de diversas maneiras? Como se cuidar, e intervir de forma igualmente zelosa na interexistência da qual somos parte, mínima, mas indissociável do todo?

Voltando a Tich Nhat Hanh: Aos dezesseis anos ele entrou em um mosteiro contemplativo no Vietnã, contando que passaria sua vida por lá. Por ocasião da guerra, os monges tiveram que decidir, se continuariam isolados do mundo, ou se iriam ajudar a população em sofrimento. Hanh foi um dos que optou pelas duas vias: ser monge contemplativo no meio da guerra. Anos depois, ele conseguiu persuadir Martin Luther King a se opor publicamente à Guerra do Vietnã, o que turbinou o movimento pela paz. Além de ter sido indicado para o Prêmio Nobel da Paz, em 1973 Hanh chefiou a delegação budista no Acordo de Paris para o Fim da Guerra e restauração da Paz no Vietnã. Apesar da idade ele continua se engajando por movimentos pacifistas e ecologistas. Perguntado como consegue manter sua serenidade em meio a tanto caos e sofrimento ele responde sempre no mesmo sentido: Só quando saíu do mosteiro e viveu a guerra, percebeu os profundos laços de coexistência entre tudo e todos, sem a qual a vida não se sustenta. O seu papel seria o de viver esta visão de mundo.

Voltando ao nosso tecido social inter-adocido: Não podemos mudar o mundo, nem o bairro, nem as pessoas à nossa volta. Podemos – e já é muito – compreender o nosso papel. Ele pode ser o de difusor de cizânias, agressões, “fake news”, ou não. Pode ter algo de pacificador. Não é necessário, nem humanamente possível, amar todas as pessoas, mas é urgente o desenvolvimento de estratégias de convívio não violento. Desarmar, se possível serenar as interrelações, faz parte dele. Como funcionaria o “guia de recursos para o apaziguamento social?” Não sei. Mas, imagino que a partir de uma compreensão macro, o micropapel individual possa se desenhar. Por meio de um entendimento amplo da interdependência – conexões de seres humanos entre si e com o ecossistema – podemos compreender a importância de preservar a vida das pessoas, e do que vive no planeta, para que fiquemos em vida. Esta coexistência emerge como urgência, precisamente quando o adoecimento e a destruição são mais presentes e prováveis do que queremos perceber.

Por menor que seja este papel, ele contém todo o universo.

ELE VOLTOU!

Bolsonaro defende ex-ministro

Presidente minimiza reunião de Pazuello com vendedores de vacina e nega intenção de propina

Em entrevista ontem logo após ter recebido alta hospitalar, o presidente Jair Bolsonaro culpou os lobistas e disse que "lá em Brasília não falta gente tentando vender lote na lua" para defender o general Eduardo Pazuello, seu ex-ministro da Saúde. "Quando fala em propina, é pelado dentro da piscina", e não gravando vídeo de um encontro com representantes que diziam ter 30 milhões de doses da chinesa Coronavac para vender, afirmou o presidente em São Paulo.

Reportagem da *Folha de S.Paulo* nesta sexta revelou que, em reunião fora da agenda, Pazuello prometeu a um grupo de intermediadores adquirir o lote dos imunizantes que foram formalmente oferecidos ao governo federal, mas por quase o triplo do preço estabelecido pelo Instituto Butantan.

Apesar de Pazuello ter dito na gravação que havia assinado um memorando de entendimento para a compra, a negociação não prosperou. "O Elcio [Franco, coronel e então secretário-executivo do ministério] trabalhou muito bem nessa questão, não tem um centavo nosso despendido com essas pessoas que foram lá vender vacina", disse o chefe do Executivo nacional. "Brasília é o paraíso dos lobistas, dos espertalhões. Ou não é?"

Escondidinho

Questionado se não era estranho um ministro topar conversar com representantes que se dizem autorizados a vender imunizantes, Bolsonaro afirmou que, se estivesse no ministério, "teria apertado a mão daqueles caras todos". "Ele não estava sentado à mesa. Geralmente, tira fotografia sentado na mesa negociando. E se fosse propina não dava entrevista, meu Deus do céu, não faria aquele vídeo. Dá para vo-



MIGUEL SCHINCARIOL/AFP

Bolsonaro falou a jornalistas ao deixar hospital em São Paulo. Ele seguirá com tratamento ambulatorial para curar a suboclusão intestinal.

cê entender isso aí?"

Bolsonaro disse a jornalistas de São Paulo que todo repórter de Brasília sabe do lobby que se passa na capital federal. "Todos vocês da mídia nos pressionavam por vacinas, então muitas pessoas foram recebidas lá no ministério", afirmou. "Se você ver o próprio traje do Pazuello, ele tá sem paletó, aquele pessoal se reuniu com o diretor responsável por possíveis compras no ministério, e na saída ele conversou com o pessoal."

"Agora, aquele vídeo. Se fosse algo secreto, negociado superfaturado, ele estaria dando entrevista, meu Deus do céu? Ou estaria escondidinho lá no porão do ministério? É só analisar isso aí."

"ELE (PAZUELLO) NÃO ESTAVA SENTADO À MESA. GERALMENTE, TIRA FOTOGRAFIA SENTADO NA MESA NEGOCIANDO. E SE FOSSE PROPINA NÃO DAVA ENTREVISTA, MEU DEUS DO CÉU, NÃO FARIA AQUELE VÍDEO. DÁ PARA VOCÊ ENTENDER ISSO AÍ?"

JAIR BOLSONARO, presidente da República

Presidente lembra que não houve contratos

Na saída do hospital, sem máscara, o presidente Bolsonaro disse que esqueceu o nome do policial militar Luiz Paulo Dominghetti Pereira, que, em entrevista à *Folha* e depois em depoimento à CPI da Covid, acusou um diretor do ministério de pedir propina de US\$ 1 por cada uma das 400 milhões de doses que ofertava da AstraZeneca.

A negociação, considerada fantasma já que nunca houve garantia de conseguir o produto para o governo, resultou na demissão de Roberto Ferreira Dias horas após a entrevista ao jornal. "São pessoas que não têm credibilidade nenhuma", segundo Bolsonaro. "É motivo de orgulho para mim saber que todos esses possíveis contratos não deram mais que um passo."

A negociação de 11 de março, com Pazuello e tratada por Bolsonaro na entrevista, teve o desfecho registrado em um vídeo em que o general da ativa do Exército aparece ao lado de quatro pessoas que representariam a World Brands, empresa de Santa Catarina que lida com comércio exterior.

A reportagem também obteve a proposta da World Brands. Ela ofe-

rece os 30 milhões de doses da vacina do laboratório chinês Sinovac pelo preço unitário de US\$ 28 a dose, com depósito de metade do valor total da compra (R\$ 4,65 bilhões, considerando a cotação do dólar à época) até dois dias após a assinatura do contrato.

Contrato com o Butantan

Naquela data, o governo brasileiro já havia anunciado fazia dois meses a aquisição de 100 milhões de doses da Coronavac via Butantan, pelo preço de US\$ 10 cada. A demissão de Pazuello seria tornada pública quatro dias depois desse encontro.

Além da discrepância no preço, o encontro fora da agenda contradiz o que Pazuello afirmou à CPI, em 19 de maio. Aos senadores o general disse que não liderou as negociações com a Pfizer sob o argumento de que um ministro jamais deve receber ou negociar com uma empresa. "Pela simples razão de que eu sou o dirigente máximo, eu sou o 'decisor', eu não posso negociar com a empresa. Quem negocia com a empresa é o nível administrativo", disse o general à CPI.

SAIBAMAI

» No vídeo, um empresário que o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello identifica como "John" agradece a oportunidade e diz que podem ser feitas outras parcerias "com tanta porta aberta que o ministro nos propôs". A reunião dos empresários foi marcada com o gabinete de Elcio Franco. Segundo ex-assessores da pasta, Pazuello foi chamado à sala, ouviu o relato da reunião e fez o vídeo. Segundo um ex-auxiliar do então ministro, a ideia era propagandar nas redes sociais o avanço em uma negociação, no momento em que o governo era pressionado a ampliar o portfólio de vacinas. O general da ativa enviou uma nota à *Folha* na qual afirma que, no período à frente da pasta, "em momento algum" negociou a obtenção de vacinas com empresários, "fato que já foi reiteradamente informado na CPI da Pandemia e em outras instâncias judicantes". Bolsonaro deixou o hospital Vila Nova Star, unidade de elite, acompanhado do apóstolo Valdemiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus), aliado evangélico conhecido por usar roupas de caubói. Saiu com disposição de atacar a CPI da Covid ("será que não entenderam que só Deus me tira daquela cadeira?") e um de seus rivais prediletos, o governador paulista, João Doria. Alfinetou o tucano, que se reinfectou com Covid mesmo tendo se imunizado com a vacina na qual apostou, a Coronavac.

JR NEWS



A OPINIÃO QUE PROVOCA OPINIÃO.

Augusto Nunes, com toda sua experiência e opinião forte, assume a nova bancada do Jornal da Record News ao lado de Camila Busnello. Com comentários de Heródoto Barbeiro e convidados.

DE SEG A SEX, ÀS 21H.



TERCEIRA VIA?

Nasce uma estrela no Senado

Simone Tebet se destaca na CPI da Covid e já é avaliada como opção para disputar a Presidência

HYLDA CAVALCANTI

redacao@grupojbr.com

A nova figura da vez no Congresso Nacional não é integrante da base aliada do governo, nem um nome histórico da esquerda e muito menos ligada ao Centrão. Trata-se da senadora Simone Nasser Tebet (MDB-MS), que com seu jeito discreto, mas oratória objetiva e ao mesmo tempo incisiva tem roubado a cena nas sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Com 51 anos, Simone, que é conhecida pelo preparo jurídico, sequer foi escolhida como titular desse colegiado, mas conseguiu direito a uma vaga informal como líder da bancada feminina e não perde uma única reunião. Nos últimos dias, passou a ser considerada peça fundamental para as tomadas de depoimentos e apuração das investigações pelos colegas.

Foi ela a responsável por conseguir fazer o deputado Luís Miranda (DEM-DF), que denunciou supostas irregularidades nas negociações para compra da vacina Covaxin, pelo governo, dizer o nome do deputado que, segundo contou, foi citado pelo presidente Bolsonaro como possível envolvido no caso: Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara. Isso, depois de horas seguidas com várias tentativas de outros senadores da CPI para retirar tal informação. “Não tenha medo, não se preocupe”, foi a palavra-chave que usou. “Percebi que ele já estava emocionalmente abalado”, explicou depois.

Citando sempre casos de vítimas de covid que tem observado no Mato Grosso do Sul, sua terra e entre pessoas próximas da própria família, como a antiga babá das filhas, Simone tem levado um ar de empatia e humanidade para as reuniões, mostrando aproximação com a realidade observada pelos parentes dos mais de 540 mil mortos e, até mesmo, certo instinto maternal.

Foi assim, por exemplo, no depoimento da diretora da Precisa Medicamentos Emanuela Medrades, quando lembrou que Emanuele



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Com seu jeito durão e ao mesmo tempo doce, a senadora Simone Tebet conquistou os colegas da CPI

“NÃO NOS DERAM DIREITO A UMA CADEIRA LÁ (NA CPI), MAS A VOZ FEMININA FOI OUVIDA E FEZ DIFERENÇA. NOS PRÓXIMOS DIAS ESTAREMOS ANALISANDO DOCUMENTOS PÚBLICOS PARA VOLTAR COM AINDA MAIS FIRMEZA EM AGOSTO.”

SIMONE TEBET, senadora

la poderia ser sua filha e pediu que colocasse “mais materialidade” nas informações que estava prestando. Depois desse alerta e de dizer que a depoente estava agindo como “a mão do gato”, usada para levar culpa por malfeitos, o depoimento passou a tomar outro rumo, mais colaborativo para com a CPI.

A senadora também tem prota-

gonizado brigas ríspidas com bolsonaristas e seus aliados. Na quinta-feira (15), pediu ao senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) que silenciasse e a respeitasse, com uma reprimenda desafiadora: “O senhor não tem coragem de repetir o que me disse há pouco fora do microfone”. O colega, de fato, não repetiu o que falou – que até agora ninguém sabe o que foi.

Esse jeito durão e ao mesmo tempo doce já é conhecido desde 2015, quando Simone assumiu o mandato, e durante sua participação na comissão do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 (quando atuou favorável ao afastamento da então presidente), e nos dois períodos em que topou o desafio de postular candidatura à presidência da Casa.

De descendência libanesa, ela é filha do ex-senador pelo Mato Grosso do Sul Ramez Tebet. Não pensava em entrar na política no início da vida, quando cursou Direito, fez mestrado e deu aulas du-

rante 12 anos, perfeitamente sintonizada com a carreira de jurista. Até que foi convencida por parentes e amigos a candidatar-se à prefeitura do município de Três Lagoas, onde nasceu. Administrou a cidade de 2004 a 2010, logo depois foi eleita vice-governadora do estado e, em seguida, chegou ao Senado. “As coisas aconteceram sem eu perceber e sem que buscasse isso”, chegou a comentar.

Casada com o deputado estadual Eduardo Rocha (MDB) e mãe de duas filhas, é do tipo que faz de tudo para preservar a privacidade. É difícil encontrar fotos de momentos íntimos do marido e filhas em suas redes sociais ou divulgadas pela imprensa. “Sou uma pessoa recatada, simples e muito família. Árabe tem disso”, definiu-se, numa entrevista.

Considerada detalhista, costuma acordar sempre muito cedo para ler todos os projetos que vai discutir nas sessões e comissões, mesmo os que não sejam da sua relatoria.

MDB discute viabilidade de candidatura

Para a senadora Simone Tebet, o crime de responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro na condução da pandemia já foi comprovado pelos elementos identificados na primeira fase de apuração, tais como a adoção da tese da imunidade de rebanho e o atraso na compra de vacinas.

“No caso da prevaricação, estamos ainda na antessala dessa discussão, mas as investigações estão caminhando. A prevaricação depende da comprovação dos crimes de corrupção”, destacou.

Diante das colocações que tem feito nos últimos meses e das repercussões sobre sua postura como parlamentar e política de abrangência nacional, a senadora Simone Tebet está sendo tida como um nome para disputar a Presidência da República pelo MDB em 2022.

No diretório nacional do partido, o assunto ainda é objeto de avaliações, mas nomes fortes na sigla defendem a pré-candidatura da senadora como a mais propícia para formar uma terceira via, de modo a quebrar a polaridade que se aguarda entre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o ex-presidente Lula (PT) no pleito.

Peso da candidatura

A questão, para os emedebistas, é analisar o peso que essa candidatura poderá ter para a própria legenda. Exercendo o final do seu mandato, a senadora tem grandes possibilidades de ser vitoriosa numa eleição para governadora do Mato Grosso do Sul em 2022 ou, na menor das hipóteses, ser reconduzida à vaga que ocupa hoje no Senado.

Questionada sobre isso, Simone Tebet admitiu que há uma busca dentro do MDB por uma terceira via, mas que esta não é sua “intenção nem vontade”. “Isso está sendo tratado dentro do partido sim, mas considero cedo para ser definido. Quero continuar atendendo o Mato Grosso do Sul no Senado e acho que o momento é de falarmos na pandemia e na vacina”, frisou, em tom cauteloso.

Nos bastidores, entretanto, ela tem deixado claro que vê a possibilidade como uma espécie de “missão” que venha a receber. Embora não ache que seja hora de se bater o martelo, os que a conhecem afirmam que, ao longo dos anos, a senadora não tem sido dada a fugir das missões que recebe.

Nem da esquerda e nem da direita

Se for avaliada como uma parlamentar do ponto de vista tradicional, a carreira de Simone Tebet poderia ser vista, anos atrás, como cercada de contradições. Nos dias atuais, entretanto, é difícil avaliar isso diante das tantas convergências e divergências expostas entre os parlamentares. A senadora pertence à bancada ruralista desde sempre. É autora de uma proposta

que altera o Estatuto do Índio e que proíbe demarcação de terra indígena quando há conflito em áreas ocupadas.

Ao mesmo tempo, se diz com dificuldade de ser enquadrada como uma política de esquerda ou de direita (costuma dizer que possui tendências liberais ou progressistas, dependendo do assunto).

Conquistou os colegas de parti-

dos da oposição sempre que se aliou a eles na votação de pautas pelo desenvolvimento regional ou de defesa de direitos femininos. Por outro lado, fez muitos adversários depois que resolveu apoiar o impeachment de Dilma Rousseff, anos atrás. Foi contra a quebra do monopólio da Petrobras na exploração do pré-sal e rejeitou a abertura de 100% das empresas aéreas ao

capital estrangeiro (esta última, pauta de um presidente emedebista que apoiou, Michel Temer).

Na última sexta-feira (16), durante divulgação do balanço dos trabalhos da CPI no primeiro semestre, o lado feminino foi taxativo: “Não nos deram direito a uma cadeira lá, mas a voz feminina foi ouvida e fez diferença”, destacou a senadora.

JÁ OUVIU FALAR?

O nome dela é proxalutamida

Bolsonaro elege outra droga que ainda não tem eficácia comprovada como a "nova cloroquina"

Há uma nova aspirante a cloroquina no radar de Jair Bolsonaro. A queridinha da vez é a proxalutamida, um fármaco fabricado na China inicialmente testado para cânceres como mama e próstata, e agora para a Covid-19.

O presidente citou o medicamento ao sair de um hospital em São Paulo, após receber alta ontem. Ele estava internado há cinco dias e se recupera de uma obstrução intestinal.

"A gente vê o mundo aí, alguns países investindo em remédios para curar a covid, e aqui se você fala em cura de covid passa a ser criminoso, Valdemiro. Passa a ser criminoso. Você não pode falar em cloroquina, ivermectina", disse ao lado do apóstolo Valdemiro Santiago, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, que o visitou.

Eis a deixa para introduzir sua nova aposta no combate ao novo coronavírus.

"Tem uma coisa que eu acompanho há algum tempo, e nós temos que estudar aqui no Brasil. Chama-se proxalutamida. Já tem uns três meses que isso aí... Não tá no mercado, é uma droga ainda em estudo, sendo estudada."

Está certo num ponto: de fato, ela vem sendo avaliada como possível droga contra a covid-19. O próprio presidente reconhece que "isso existe no Brasil de forma não comprovada cientificamente."

Sua aplicação contra a covid-19 carece de aval de agências regulatórias como Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a FDA (o equivalente nos EUA).

Segundo Bolsonaro, o remédio tem "curado gente". Grupos bolsonaristas passaram, nos últimos meses, a vê-lo como milagroso. A comunidade científica pede calma a todos os envolvidos.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, já havia demonstrado entusiasmo com a nova droga e propagado seus resultados pelas redes sociais.

Ao contrário de outros medicamentos que Bolsonaro prescreve sem qualquer base científica para lidar com a doença, como a cloroquina e a ivermectina, a proxalutamida ainda não foi descartada como ineficaz nesta pandemia.

Seu uso, contudo, não teve nenhum estudo publicado em uma revista científica de prestígio. A praxe estabeleceu que todo resultado de pesquisa apresentado por cientistas seja revisado por outros especialistas. A re Checagem dos dados feita por pares dá mais solidez ao trabalho.

Durante a pandemia, Bolsonaro tem mostrado mais entusiasmo com medicamentos contra a Covid do que com vacinas.



Eduardo Bolsonaro já havia propagado a nova droga pelas redes sociais

Uma mania atrás da outra

O presidente ainda não se vacinou (diz que só o fará depois de todos os brasileiros), mas não perde a chance de defender remédios que possam debelar a doença, a maioria deles já comprovadamente inútil para esse coronavírus em particular. Em fevereiro, por exemplo, o ocupante do Palácio do Planalto anunciou que o Brasil testaria um spray nasal contra ele, desenvolvido em Israel. Até agora, esses ensaios clínicos não prosperaram.

"Vamos ver se a gente faz um es-

tudo sobre isso aí [a proxalutamida] pra gente apresentar uma possível alternativa", disse o presidente a jornalistas na porta do hospital Vila Nova Star. "Nós temos que tentar. Como sempre disse, na Guerra do Pacífico não tinha sangue pros feridos. E resolveram botar água de coco e deu certo."

A água de coco intravenosa era um recurso hidratante usado de forma pontual diante da escassez de recursos clínicos, mas não há um estudo ratifique a efetividade.

LUMINE PARK 710 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/ME nº 15.118.473/0001-65 - NIRE 53.3.0001603-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2021.

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 07 (sete) dias do mês de junho de 2021, às 15h00, por teleconferência. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de edital de convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Lumine Park 710 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), de acordo com o previsto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Presença:** Presentes todos os acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Gustavo Amanteia Pires e secretariados pelo Sr. José Eduardo Queiroz de Freitas. **5. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para deliberar sobre (i) a aprovação da venda do imóvel constituído pelos Lotes "E", "F" e "G" - Comércio Regional Noroeste 710 - CRNW 710, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste (SHCNW) de Brasília/DF, descritos e caracterizados na matrícula nº 138.200 do Livro 2 - Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal ("Imóvel") à INC35 Brasil Incorporações Imobiliárias Ltda., sociedade limitada com sede no SIA Trecho 2, Lote 630, Parte 66, Zona Industrial, Guará, Brasília, Distrito Federal, CEP 71200-021, inscrita no CNPJ/ME sob o número 41.126.561/0001-19 ("INC35 Brasil"), mediante o pagamento à vista do preço certo e ajustado de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) contra a lavratura da respectiva escritura pública de compra e venda; (ii) a aprovação do pagamento, pela Companhia, da comissão de corretagem devida em razão da venda do Imóvel; (iii) a alteração do objeto social da Companhia, em razão da venda do Imóvel, com a consequente alteração do Artigo 3 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a proposta de redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação a seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, no montante de R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais). **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas objeto da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram por aprovar: (i) a venda do Imóvel à INC35 Brasil, nas exatas condições aduzidas na Ordem do Dia, autorizando os administradores da Companhia a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários para sua efetivação; (ii) o pagamento da respectiva comissão de corretagem ao intermediário que atuou na venda do Imóvel, conforme Ordem do Dia, autorizando os administradores da Companhia a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários para sua efetivação; (iii) em razão da venda do Imóvel, a alteração do objeto social da Companhia, que passará a contemplar "a realização de incorporação imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591/64, e a construção de empreendimento imobiliário no imóvel localizado no Comércio Regional Noroeste 710 - CRNW 710, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste de Brasília, Lotes "A", "B", "C" e "D", devidamente caracterizados nas matrículas 105.382, 105.383, 105.384 e 105.385, todas registradas no 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, bem como a compra e venda, locação e administração de bens próprios e a comercialização de unidades autônomas do empreendimento", com a consequente alteração do Artigo 3 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação a seguir: "Artigo 3. A Companhia tem por objeto social a realização de incorporação imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591/64, e a construção de empreendimento imobiliário no imóvel localizado no Comércio Regional Noroeste 710 - CRNW 710, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste de Brasília, Lotes "A", "B", "C" e "D", devidamente caracterizados nas matrículas 105.382, 105.383, 105.384 e 105.385, todas registradas no 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, bem como a compra e venda, locação e administração de bens próprios e a comercialização de unidades autônomas do empreendimento." (iv) a proposta de redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, no montante de R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais), com o consequente cancelamento de 27.800.000 (vinte e sete milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$ 131.387.861,00 (cento e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais), dividido em 131.387.861 (cento e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais), dividido em 103.587.861 (cento e três milhões, quinhentas e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais), dividido em 103.587.861 (cento e três milhões, quinhentas e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A redução do capital social da Companhia ora aprovada será efetivada (a) após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da data da publicação desta ata, durante o qual eventuais credores quirográficos com título constituído até antes da publicação da ata poderão opor-se a proposta de redução de capital ora deliberada, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações ("Prazo para Oposição de Credores"); (b) mediante o pagamento de R\$ 13.900.000,00 (treze milhões e novecentos mil reais) ao acionista GIFF IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a ser realizado após o decurso do Prazo para Oposição de Credores, com o consequente cancelamento de 13.900.000 (treze milhões e novecentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua propriedade; e o pagamento de R\$ 13.900.000,00 (treze milhões e novecentos mil reais) ao acionista Real Estate JV I LP, a ser também realizado após o decurso do Prazo para Oposição de Credores, com o consequente cancelamento de 13.900.000 (treze milhões e novecentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua propriedade; e (c) mediante a realização de uma nova Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, também após o decurso do Prazo para Oposição de Credores, por meio da qual os acionistas modificarão o Estatuto Social da Companhia para fazer constar o valor do capital social e a quantidade de ações que restarão após a realização da redução do capital social. Ficam, neste ato, autorizados os administradores da Companhia a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários que sejam de sua competência para promover a efetivação da redução do capital social ora aprovada. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Brasília, 07 de junho de 2021. Gustavo Amanteia Pires - Presidente; José Eduardo Queiroz de Freitas - Secretário; Acionistas: GIFF IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (por Gávea Investimentos Ltda.) e Real Estate JV I LP, Brasília, 07 de junho de 2021. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Gustavo Amanteia Pires** - Presidente. **José Eduardo Queiroz de Freitas** - Secretário. **Acionistas Presentes: GIFF IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** (por GÁVEA INVESTIMENTOS LTDA.), Bernardo Soares de Miranda Carvalho - Cargo: Diretor. Eduardo Felipe da Silva Soares - Cargo: Diretor. **Real Estate JV I LP**, Rossano Nonino - Cargo: Diretor. José Eduardo Queiroz de Freitas - Cargo: Diretor. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal. Cerrito registro nº 1709746 em 16/07/2021 da Empresa LUMINE PARK 710 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, CNPJ 15118473000165 e protocolo DFP2100127464 - 09/07/2021. Maximilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2021

NIRE 53300002819

CNPJ 00.357.038/0001-16

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, às 9 horas, no escritório-sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Bloco "B", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, por videoconferência, através da ferramenta Microsoft Teams, reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 11, 14 e 15 de junho de 2021 no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar a Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia o advogado DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, portador da identidade nº 33.969 - OAB/DF. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Conselheiro ROBERTO PARUCKER, representado pela Advogada LUDMILA OLIVEIRA REZIO MAIA, portadora da identidade profissional nº 21.416 - OAB/DF, que agradeceu a presença dos acionistas. Em seguida, verificando o "Livro de Presença", a Sra. Presidente constatou que estavam representados mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da Assembleia. Abrindo a sessão, convidou para secretariar a reunião a mim, advogado DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRAS) CNPJ 00357038/0001-16 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 28 de junho de 2021, às 9 horas, de modo digital, na sede social da Empresa, nesta cidade, no SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco C, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 1007, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem, amparados pela RD-0142/2021 e DEL-0043/2021, que teve decisão de incorporação suportadas pelas Notas Técnicas Plano de Ação (iv) produzidas em novembro/2020 e em maio/2021, devidamente anexadas ao processo, sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte: • Apreciar e deliberar sobre os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação; • ratificar a contratação da empresa especializada Impacto Consultores Associados para elaboração do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Amazonas GT; • apreciar e deliberar sobre o Laudo de Avaliação; e • deliberar sobre a incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte, cujos efeitos da incorporação se darão a partir do dia 01.07.2021. Brasília, 10 de junho de 2021. MÁRCIO SZECHTMAN - Presidente do Conselho de Administração". Após a leitura, a Sra. Presidente registrou que, em 10.05.2021, por meio da DEL-0043/2021, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou e submeteu ao seu Conselho Fiscal a documentação relativa à incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Eletronorte, a saber: a) O Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação de Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Eletronorte; b) O Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Amazonas GT a ser vertido à Eletronorte, emitido pela empresa especializada Impacto Consultores Associados; c) Que a Diretoria tome todas as providências necessárias para efetivar em 01.07.2021 a incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte, que a sucederá em todos os direitos e obrigação mediante a prévia anuência da ANEEL e da SEST. Destacou, ainda, a Sra. Presidente, que em 31.05.2021 o Conselho Fiscal da Eletronorte emitiu parecer, opinando que o processo relativo à incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte estava em condições de ser submetido à AGE da Eletronorte, o qual transcrevo a seguir: "PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia aprovado a operação de Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Eletronorte, nos termos e condições verificadas na documentação fornecida pela Administração, incluindo os atos de aprovação, e tendo o Conselho examinado o Protocolo de Incorporação, o Instrumento de Justificação da Incorporação e o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Amazonas GT, este elaborado com base na legislação vigente pela empresa Impacto Consultores Associados S/S, o Conselho Fiscal, nos termos do inciso III do art. 163 da Lei 6.404/76, opina que o processo relativo à incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte está em condições de ser submetido à deliberação dos acionistas da Eletronorte, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. Brasília - DF, 31 de maio de 2021. (Ass.) JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA, JOÃO VICENTE AMATO TORRES e RAFAEL REZENDE BRIGOLINI". Pedindo a palavra, o advogado DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, representante da Eletrobras, propôs, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-417/2021, de 21.06.2021, pela 1. incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte: a) aprovar os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação; b) aprovar a ratificação da contratação da empresa especializada "Impacto Consultores Associados" para elaboração do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Amazonas GT; c) aprovar o Laudo de Avaliação; d) aprovar a incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte, cujos efeitos da incorporação se darão a partir do dia 01.07.2021, condicionada à anuência da SEST. Foi informado pela Sra. Presidente que a Anel emitiu o OFÍCIO nº 179/2021 - SFF/ANEEL de 02.06.2021, onde informa que "a operação não necessita de anuência prévia" e SEST emitiu Ofício SEI nº 144387/2021/ME de 21.06.2021, onde a "Secretaria não se opõe a operação de incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte". Em seguida, os trabalhos foram suspensos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pela Sra. Presidente e pelos demais acionistas presentes, dela se extraindo as cópias necessárias para os fins legais. (Ass.) ROBERTO PARUCKER - p.p. LUDMILA OLIVEIRA REZIO MAIA - Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA - Secretário da Assembleia. Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretário da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita à fl. 251 a 252 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 1707054, em 09.07.2021.



+

JBr

Caneca Surfista do Lago Paranoá

**Use o cupom JBr e ganhe
10% de desconto nos
produtos BSB Memo.**

**Acesse o site:
www.jornaldebrasil.com**



ESPLANADA

Leandro Mazzini

Com equipe DF, SP, RJ e PE

reportagem@colunaesplanada.com.br

EVANGÉLICO,
NÃO TERRÍVEL

Pastor da Igreja Adventista do Sétimo Dia, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins (foto), é mais um que continua no páreo caso o AGU André Mendonça não consiga apoio suficiente dos senadores na sabatina para ser alçado a ministro do Supremo Tribunal Federal. Em entrevista recente ao Programa Brasil 200, da TV Escola, o ministro Martins fez questão de lembrar que é evangélico decano – embora não tenha citado o 'terrivelmente', como gosta o presidente Jair Bolsonaro. Quem defende a indicação de Martins para o STF – para esta ou outra futura vaga, caso Bolsonaro se reeleja presidente – lança mão do discurso de que o chefe da nação se cacifaria duplamente, indicando um ministro para o STJ na esteira.

EMERSON LEAL



Data venia

Entre portas, por onde passa em Brasília, Martins reforça que, apesar de alagoano, não tem ligação com o desafeto do presidente, senador Renan Calheiros. São só conhecidos.

Em família

A ministra da Família, Damares Alves, seguiu uma intensa agenda nacional de visitas que faria até o fim do ano. Quer cuidar da imagem dentro do MDH.

Caixa forte

O Rio Grande do Sul é outro estado a avançar na sua própria loteria, após aval do STF para os governos reforçarem seu caixa.

Para chamar de seu

Cláudio Castro é aliado, mas não convenceu ainda. O nome do deputado federal Hélio Negão voltou a ser citado nas rodinhas bolsonaristas mais próximas do clã presidencial, no Rio de Janeiro, como potencial candidato ao governo do estado.

Embora...

.. O presidente já tenha avisado a aliados do seu núcleo eleitoral de que o grande projeto de 2022, além de sua reeleição, é eleger forte bancada bolsonarista para o Congresso.

Reclame
no palco

O secretário de Cultura do governo federal, Mario Frias, seguiu a maioria dos patrocínios da Lei Rouanet. Passou a ser o não-secretário. O reclame é grande na classe.

Filme de terror

É que, inacreditavelmente, o presidente Bolsonaro (seu padrinho), entre portas considera os eventos culturais tradicionalmente apoiados um antro de esquerdistas amparados em movimentos políticos anti-governo.

Susto

O comandante do voo AD 4508 Recife-Campinas na sexta-feira teve mal-súbito e saiu carregado da aeronave. Um médico a bordo o socorreu. O co-piloto assumiu o manche.

Efeito pandemia

O número de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) que buscaram crédito no 1º semestre de 2021 cresceu 435% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento interno da Capital Empreendedor, plataforma de crédito que conecta o empreendedor a mais de 300 instituições financeiras.

Seguro\$

Em 2020, o volume de prêmios emitidos para seguro agrícola apresentou crescimento de 55% em relação ao ano anterior. E em 2021 as negociações seguem em alta: no 1º trimestre foram R\$ 110 milhões de prêmio emitidos. Os dados são da Seguradora ESSOR, do grupo francês SCOR, que completa 10 anos de operação no Brasil.

ESPLANADEIRA

» Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ promove "Campanha do Agasalho: aquecer é acolher" até dia 22. # Acontece dia 27 Workshop do prof. Voltaire Varão, em parceria com Prefeitura de Valença (RJ) e Instituto Preservale, na ACIVA. # Honeywell desenvolve fonte de energia para aeronaves elétricas híbridas de biocombustível. # Expo Franquias Nordeste, realizada pela Insight Feiras & Negócios, ocorre de 29 a 31 de julho, no Recife. # América Futebol Clube fecha parceria com Sólides - plataforma completa de gestão de talentos.

Esplanadeira é a seção da Coluna para divulgação de informações de mercado, artes, ação social, esportes e afins, sem qualquer vinculação publicitária ou financeira com este espaço. Sugestões para reportagem@colunaesplanada.com.br

PARA BARRAR O IMPEACHMENT

Lira articula semipresidencialismo

Disposto a esvaziar a pressão para autorizar o impeachment de Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), articula com aliados a mudança no sistema de governo por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). A um ano e três meses das eleições de 2022 e sob a justificativa de que o presidencialismo virou uma fonte inesgotável de crises, a ideia apoiada por Lira e nomes de peso do mundo político e jurídico prevê a adoção do regime semipresidencialista no Brasil.

O modelo introduz no cenário político a figura do primeiro-ministro e aumenta o poder do Congresso. Embora a proposta determine que o novo sistema tenha início apenas no primeiro dia do "mandato presidencial subsequen-

te" à promulgação da emenda, sem fixar datas, o presidente da Câmara, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-presidentes, como Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e José Sarney, defendem o ano de 2026 como ponto de partida.

Lira apresentou a minuta na terça-feira passada, em reunião do colégio de líderes, e obteve apoio da maioria para levá-la adiante, apesar das críticas da oposição, principalmente do PT, que chama a proposta de "golpe" e "parlamentarismo envergonhado."

A PEC é de autoria do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), ex-secretário da Casa Civil de São Paulo, e, para que comece a tramitar na Câmara, precisa de 171 assinaturas.

A reportagem apurou que a pro-

RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Modelo proposto por Lira cria a figura do primeiro-ministro

posta, protocolada em agosto do ano passado, estava na prateleira e foi resgatada após Bolsonaro fazer uma série de ameaças, dizendo que o Brasil não terá eleições em 2022 se não houver voto impresso. Nos últimos tempos, afirmações do presidente na contramão da democracia serviram para acender a luz amarela no Congresso e no Supremo. O temor de ruptura institucional cresceu depois que o ministro da Defesa, Walter Braga Neto, e comandantes das Forças Armadas divulgaram nota atacando o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM).

Diante de 126 pedidos de impeachment de Bolsonaro, Lira afirmou que é preciso trabalhar mais para "pôr água na fervura" do que para "botar querosene" na crise.

SAIBAMAI

» Inspirado em sistemas adotados em Portugal e na França, o semipresidencialismo sugerido para o Brasil em nome da estabilidade joga luz sobre um "contrato de coalizão", com força de lei, para ser assinado por partidos que dão sustentação ao presidente. Ali devem constar as diretrizes e o programa de governo. Na prática, é o primeiro-ministro que toca a administração do país e conduz o "varejo político". Nomeado pelo presidente, de preferência entre os integrantes do Congresso, ele tem a obrigação de comparecer todo mês à Câmara para prestar contas. A destituição do chefe de governo pode ocorrer pela aprovação de moção de censura apresentada pelo presidente ou por dois quintos de integrantes de cada Casa do Congresso.

Opinião



ARTIGOS

Santo camaleão

Tentando buscar assuntos diferentes para escrever, resolvi remexer em arquivos antigos da inesgotável e envelhecida política brasileira. Parei em outubro de 2007, período de turbulências no Senado Federal, à época presidido por José Renan Vasconcelos Calheiros (MDB-AL).

Ameaçado por uma série de denúncias de corrupção, além de um escândalo extraconjugal, Renan sabia que seus dias como presidente estavam contados. Para não correr risco de perder o mandato, ele se licenciou por 45 dias. A ideia deu resultado. Como presidente interino, o ex-senador Tião Viana (PT-AC) serenou os ânimos e pacificou a Casa. Após o esfriamento da crise, Calheiros voltou em grande estilo e ajudou a eleger Garibaldi Alves (MDB-RN) como seu legítimo sucessor.

Como dizia o mestre Ulysses Guimarães a novos e velhos jornalistas que procuravam seu gabinete na Câmara dos Deputados como fonte de inspiração, a política é a arte do possível. Renan é a prova disso. No quarto mandato de senador, progrediu como poucos. Certamente Deus o ajudou.

Com sua pele camaleônica e após 42 anos ocupando cargos públicos e eleitorais, lembra a fênix ou fênix, pássaro da mitologia grega que, quando morria, entrava em auto-combustão e, passado algum tempo, ressurgia das próprias cinzas.

No melhor estilo do eterno Odo-rico Paraguaçu, desde a instalação da CPI da Covid Renan transformou-se em inusitado líder da oposição ao governo do capitão Bolsonaro. “Monstro” experiente e capaz de assustar a atual e as próximas gerações do bolsonarismo, ele é hoje um dos principais adversários do ocupante da cadeira de maior peso do Planalto. Sem entrar no mérito, é muito querido pelos petistas, notadamente por Lula da Silva, coincidentemente o líder de todas as pesquisas de intenção de votos.

Pode ser exagero, mas, ao que parece, Deus é brasileiro, mas estará em segundo plano. A curto prazo, os indicadores revelam que o futuro de Lula e de Bolsonaro a Renan pertence. Como na letra do samba do falecido Nelson Sargento, José Renan Vasconcelos Calheiros agoniza mas não morre. Amém.

ARMANDO CARDOSO, jornalista

A farra eleitoral

O aumento de 185% no valor do Fundo Eleitoral, aprovado pelo Congresso Nacional na última quinta-feira dentro do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é um disparate num país com tantas carências. Em vez dos R\$ 2 bilhões empregados nas eleições municipais do ano passado e dos R\$ 1,8 bilhão gastos nas de 2018, os partidos receberão R\$ 5,7 bilhões no próximo ano.

Como custear as eleições e suas campanhas sempre foi um tabu brasileiro. Diante da reclamação de que candidatos ricos levavam vantagem porque empregavam recursos próprios, proibiu-se essa prática, então rotulada como “abuso do poder econômico”. Mas, mesmo assim, o custeio das campanhas continuou frágil e ensejou espertezas como os mesalões (o mineiro e o nacional) e o petrolão com suas variantes. Tais esquemas, em síntese, fraudaram licitações em órgãos e obras públicas para carrear os recursos do superfaturamento aos políticos aliados dos governos, com o objetivo de financiar suas campanhas de reeleição (ou mesmo para o puro enriquecimento ilícito).

Quando os artífices dessas artimanhas, descobertos, estavam indo para a cadeia, a minirreforma

eleitoral de 2015 proibiu a doação empresarial a partidos e candidatos, supostamente para evitar que empreiteiras continuassem fraudando licitações e financiando os políticos. Mas, como o dinheiro tem de sair de algum lugar, ampliaram-se os fundos de sustentação aos partidos e às eleições. Agora, o erário – que é dinheiro do contribuinte –, além de custear o processo público das eleições, também paga as despesas dos partidos e a campanha dos candidatos.

Só existem duas formas de evitar esse sangria aos cofres públicos. O Executivo vetar as alterações introduzidas à forma de cálculo do Fundo Eleitoral, o que poderá levar a uma guerra com o Legislativo e prejudicar a governabilidade, ou reduzir as verbas para esse fim na Lei do Orçamento Anual, que será enviada ao Congresso em agosto para a votação até o final do ano. Mas, qualquer das alternativas, será frágil. O veto pode ser derrubado pelos congressistas, que também poderão mexer na lei do orçamento anual.

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES, dirigente da Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo

CHARGE

Jornal de Brasília



CARTAS DO LEITOR

Tropa de choque

Tenho acompanhado as sessões da CPI da Pandemia e fico perplexo com a coragem dos senadores governistas integrantes da chamada “tropa de choque”. Quanto argumento fora da realidade! Quanta insensibilidade! Quanta conversa fiada para defender o indefensável! Como revelam desprezo para com os que tiveram suas vidas ceifadas e também para com as famílias enlutadas! É deplorável.

Agora é tarde para aceitarem um conselho conselho. Já deram a cara a tapa e sofrerão as consequências nas urnas, aqueles que tiveram a coragem de disputar eleições. O meu conselho seria este: substituir a máscara por touca ninja capuz balaclava e usar codinome nas sessões da CPI.

Perdoem-me por não ter dado este conselho antes. Agora o povo já gravou a fisionomia e o nome de cada um e só lhes restam esperar pelo futuro.

JEOVAH FERREIRA, Taquari

Vai ficar parado?

R\$ 5,7 bilhões de reais para os parlamentares chupins fazerem a festa de eleição à custa dos contribuintes

brasileiros que não têm nem um aumento justo dos seus vencimentos e ainda usar este recurso que já estava previsto para custear as despesas dos votos impressos. Com essa verba pretendida pelos parlamentares aproveitadores dos trabalhadores brasileiros, daria para construir 57 mil casas populares para os cidadãos de baixa renda. Você vai ficar quieto e deixar que estes corruptos abusem dos seus direitos e não se manifestar contra?

BENONE AUGUSTO DE PAIVA, São Paulo, SP

Que ministério!

À gravidade da situação da pandemia no Brasil, sugeriria um Ministério da Saúde muito bem organizado e operante em bloco, face à uniformidade do objetivo de fazer frente única ao combate ao vírus. Mas não, o que estamos vendo, através da CPI da Covid, é o retrato de um ministério dividido, desorganizado, com interesses espúrios e fazendo parte, como reflexo seu, de um governo completamente desajustado e dissociado dos interesses do país.

MARCELO GOMES JORGE FERES, Tijuca, RJ

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com

SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400. Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

COMENTARIOS

DO JBr

(61) 99606.4199

Envie suas sugestões de reportagem, imagens e vídeos para o nosso WhatsApp

Eles que lutem

Esse país é uma vergonha. Esses políticos têm que custear as despesas de campanhas com seus próprios salários. Eles que lutem, o povo Brasileiro não tem que pagar por isso.

FRANCISCO NUNES, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Só cinco siglas tentaram barrar fundo eleitoral ‘turbinado’

Frouxo

Pacheco é um sujeito frouxo. Não tem coragem pra nada, não faz sentido estar como presidente daquela casa, ele se ajoelha pro STF.

NELSON MONDARDO, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Pacheco vê erros e acertos do governo na pandemia e trata como infeliz frase de Bolsonaro sobre eleição

Acorda

Povo, acorda, ele quer chamar atenção. Engraçado que ele humilha a imprensa de todo jeito e eles ficam dando mídia.

DIOLAN RODRI, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Bolsonaro publica no Twitter vídeo caminhando sem máscara no corredor do hospital

Quase parando

Se olhar como foi a vacinação nestes seis meses - vamos ter 30% de pessoas vacinadas -, está a passos de tartaruga, devagar quase parando.

MARLENE OLIVEIRA ABREU, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA No ritmo atual, Brasil consegue ter 70% de vacinados com duas doses em dezembro

Atenção

Esses deputados são tão distraídos que nem prestaram atenção aos vários discursos contrários à aprovação do Fundão, às várias matérias nos jornais, entrevistas nas TVs. Realmente, provaram que nos acham muito burros para acreditar em tais desculpas.

LUCIANA HONORATO, PELO FACEBOOK, SOBRE A MATÉRIA Após alta, Bolsonaro sinaliza que poderá vetar fundo eleitoral de R\$ 5,7 bi

VIOLÊNCIA

Um terço das mulheres mortas no Brasil morre apenas por ser mulher

RAYRA PAIVA FRANCO/CEDOC

No último ano, foram pelo menos 1.350 mulheres assassinadas. Números podem ser maiores.

Um terço das mulheres mortas no país em 2020 morreu apenas por ser mulher. A porcentagem de feminicídios no universo de todos os assassinatos de brasileiras foi de 35%, patamar que se manteve com relação ao ano anterior.

Esse número, porém, pode estar aquém da realidade, já que a classificação da ocorrência na hora do registro depende pessoalmente do delegado ou da delegada que investiga o óbito, ainda que baseada em critérios.

Desde que a lei que especifica o crime foi criada, em 2015, as notificações desse tipo de assassinato só crescem apesar do endurecimento das punições, segundo o 15º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado nesta quinta (15) com dados dos estados.

O Código Penal determina que a morte é um feminicídio quando envolve violência doméstica, familiar e "menosprezo ou discriminação à condição de mulher". É um agravante do homicídio comum, com pena prevista de 12 a 30 anos atualmente.

Serviu ao caso de Vitória Melissa Mota, 22, por exemplo. A estudante de enfermagem estava na praça de alimentação de um shopping em Niterói (RJ) quando foi esfaqueada por um colega de turma, em ju-

nho. Ele foi preso em flagrante e denunciado.

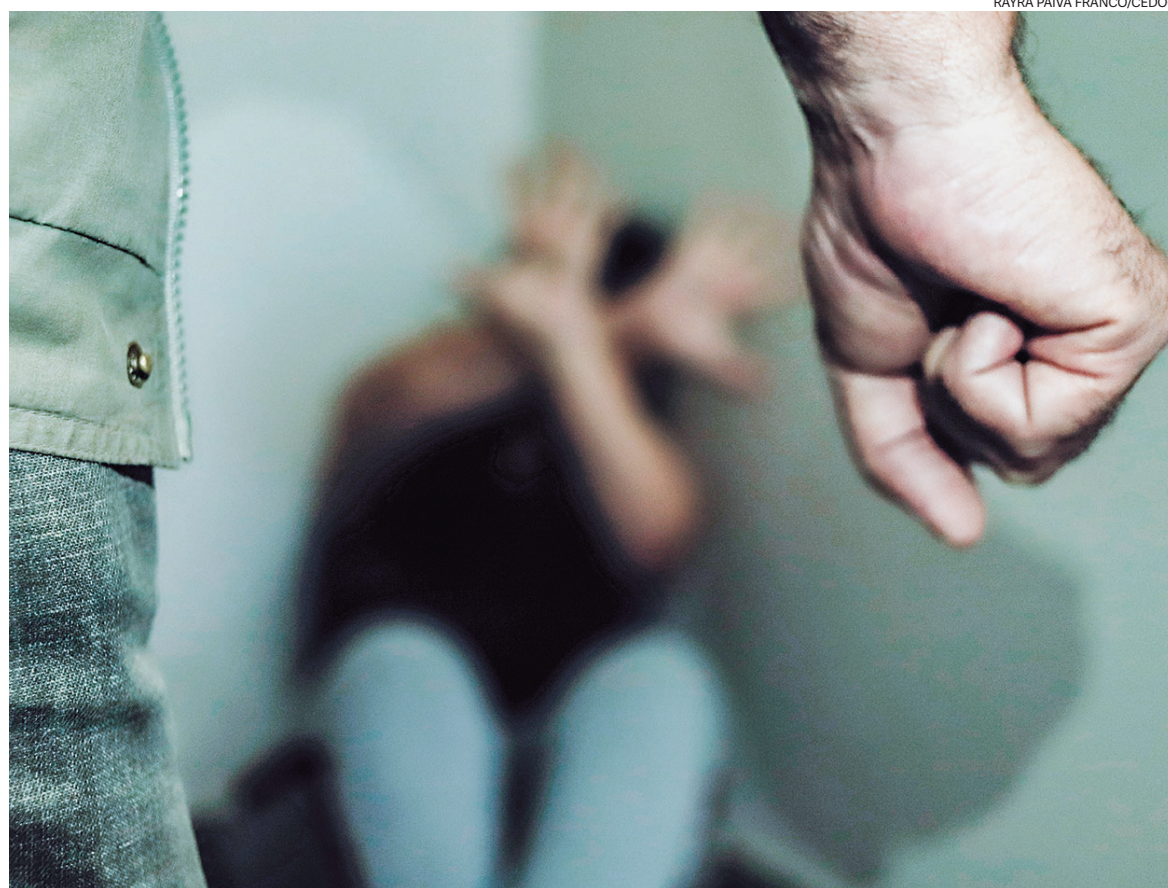
No último ano, foram pelo menos 1.350 mulheres assassinadas dessa forma, número semelhante ao que o jornal Folha de S.Paulo já havia coletado junto às secretarias de Segurança Pública no mês passado (1.338). Isso significa uma vítima a cada seis horas e meia.

Dados sem padrão

O cenário, mais uma vez, pode ser ainda pior, já que não há padronização na coleta e divulgação dos dados por alguns estados. O Ceará, por exemplo, não discrimina o feminicídio nas estatísticas e registrou apenas 27 ocorrências, quase metade do contabilizado por acadêmicos independentes da Rede de Observatórios da Segurança.

No início de 2020, o então ministro da Justiça, Sergio Moro, chegou a sinalizar que implantaria um sistema nacional para consolidar e divulgar esse tipo de informação, mas ele foi demitido e até hoje esse sistema não existe. Por enquanto há apenas um projeto em desenvolvimento.

Segundo o anuário, os estados com maiores taxas do crime estão concentrados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O índice do Mato Grosso, por exemplo, é o triplo (3,6 mortes por 100 mil mu-



O motivo mais determinante para as mortes foi a perda de autonomia financeira, concluiu o estudo

lheres) da média nacional (1,2). Os próximos da lista são Mato Grosso do Sul, Roraima e Acre.

O crescimento dos feminicídios notificados no ano passado, de 2%, foi mais tímido do que nos anos anteriores, possivelmente por causa da pandemia. Quase todos os registros de violência contra a mulher feitos pelas delegacias caíram no período.

Foi o caso dos crimes de assédio (-21%), ameaça (-11%) e violência doméstica (-7%). Estupro e estupro de vulnerável, que vinham crescendo desde 2016, também diminuíram (-13%). O único que não teve redução foi a importunação sexual (+12%), quando alguém pratica um ato libidinoso como a masturbação na presença do outro sem consentimento.

SAIBA MAIS

» O que para especialistas não quer dizer que essas agressões diminuíram. Pelo contrário: os pedidos de socorro ao número 190, das polícias militares, saltaram 16% de 2019 para 2020, e as medidas protetivas concedidas pelos Tribunais de Justiça cresceram 4%.

» O tema ganhou mais um episódio de grande repercussão na última semana, quando a ex-mulher do músico Iverson Araújo, conhecido como DJ Ivis, publicou imagens de socos, tapas e empurrões sofridos por ela, certas vezes com a filha do casal nos braços. Ele foi preso preventivamente nesta quarta (14).

Subnotificação de casos na pandemia

"Ainda é cedo para avaliar se estamos diante da redução dos níveis de violência doméstica e sexual ou se a queda seria apenas dos registros em um período em que a pandemia começava a se espalhar, as medidas de isolamento foram mais respeitadas e muitos serviços estavam ainda se adequando ao atendimento não-presencial", diz o relatório.

Mas, segundo outra pesquisa recente, não foi esse o fator principal para a subnotificação durante a pandemia. O motivo mais determinante foi a perda de autonomia financeira, concluiu o estudo "Visível e Invisível - A vitimização de mulhe-

res no Brasil", realizado pelo Datafolha a pedido do Fórum em maio.

Entre as que sofreram violência, só 10% citaram a dificuldade de ir à delegacia como causa para o aumento da vulnerabilidade, enquanto 25% mencionaram a perda de renda e a impossibilidade de trabalhar para garantir o próprio sustento, e 22% destacaram a maior convivência com o agressor.

"Como a mulher coloca o marido para fora de casa se não tem dinheiro para os filhos comerem?", ressaltou a pesquisadora Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum, quando a pesquisa foi divul-

gada.

Como já se sabe, o perfil majoritário de quem perde a vida pela sua condição de gênero é de negras (62%), mortas em casa (54%), por companheiros ou ex-companheiros (82%) e com o uso de armas brancas, como facas, tesouras e pedações de madeira (55%).

As armas de fogo, porém, também são uma preocupação grande num momento em que o Brasil vê o número de armamentos nas mãos de cidadãos comuns disparar, sob as medidas de flexibilização do governo Jair Bolsonaro (sem partido).

"Diante [...] do crescimento de 100% no total de registro de posses de arma desde 2017 -passando de 638 mil para 1,3 milhões em 2020-, vivemos o sério risco da antecipação de desfechos ainda mais violentos como os feminicídios para as mulheres expostas à violência doméstica", alerta o relatório.

As soluções para o problema, defendem especialistas, estão principalmente na prevenção. Elas passam pela abordagem do tema nas escolas e pela efetiva punição dos agressores, evitando que os episódios se repitam e que as vítimas sejam julgadas.

LIADINORAH

Com Gilberto Amaral
gilbertoamaral.com.br

@liadinorah

liadinorahjornalista@gmail.com



ATRAVESSANDO O JORDÃO

Para se vencer um grande desafio torna-se necessário revestir-se de atributos como a paciência, a obediência e a fé. Há um tempo para todas as coisas! Muitas pessoas sem paciência são levadas ao fracasso. Outras possuem talentos e habilidades, mas não aprenderam o princípio da obediência.

Infelizmente, não sairão do lugar.

A Bíblia nos ensina que "sem fé é impossível agradar a Deus". Ao nos deparar com grandes desafios devemos nos alinhar aos céus para rompermos entraves terrenos. É importante nos santificarmos e ativar a fé, para colocar todos os obstáculos diante de Deus. Ele que opera vida e traz a existência o que não existe. A fé nos faz crer no incrível, ver o invisível e realizar o impossível.



MENSAGEM DO PASTOR,
Adriano Mendes

Exercício...

Em continuidade ao apoio que vem prestando a cidade no enfrentamento da covid-19, o Instituto Brasal, reformou uma das unidades do HRAN. "Estamos há mais de um ano nesse embate contra a pandemia. Ter um espaço para trabalhar com qualidade e dignidade é excelente", afirma Paulo Feitosa, chefe da Pneumologia do Hospital, unidade restaurada.

...da empatia

A escala de doações da Brasal é definida de acordo com a necessidade indicada pelos especialistas em suas respectivas áreas. Assim, já foram realizadas doações de equipamentos hospitalares, cestas de alimentação, celulares para agilizar o processo e controle de dados da vacinação na capital federal.

Congratulations

A bela e talentosa cirurgiã-dentista, Giulia Melo Lettieri (foto), agora mestre em Odontologia, acaba de concluir, com todas as honras, sua tese de mestrado - defesa feita na língua inglesa - sobre uma síndrome rara, que afeta 1 a 4 indivíduos por milhão, ligado a casamento consanguíneo. Ela causa a perda precoce dos dentes desde a infância e por volta dos 14 anos os pacientes perdem todos os dentes devido a doença periodontal e precisam usar prótese total. No trabalho ela estudou a parte imunológica e a microbiota oral de três portadores da síndrome para melhor entender a causa da doença periodontal ser tão agressiva. Esses pacientes possuem mutação do gene da catepsina C (CTSC) que afeta a resposta imune/inflamatória, mas que ainda não foi muito bem descrita. Um capítulo de sua tese foi publicado em livro e está em processo para sair em artigo. Logo mais tudo estará disponível para acesso aberto na Biblioteca da UnB. Seus pais, Tânia e o cirurgião bucomaxilofacial Giancarlo Lettieri, são puro orgulho e felicidade!



casamento do ano

Em elegante cerimônia no dia 1º de outubro, às 19h, na Catedral Metropolitana de Brasília, a bonita médica Anna Flávia Roriz, filha de Andréa e do empresário Rodrigo Roriz, se une pelos laços do matrimônio com o advogado Átila Lins Filho (foto), herdeiro de Rita e do deputado Átila Lins. Com todo capricho e esmero, Valéria Leão assina a decoração.



Biografia

O pioneiríssimo Geraldo Vasconcelos (foto) vai ter sua vida narrada por seus amigos mais antigos da capital em um livro histórico, que será entregue nos próximos dias a todos aqueles que participaram. Além do almoço que ofereceu a JK e comitiva em seu Posto de Gasolina, em Alexânia, ele também conta na obra do jantar de gala que promoveu em sua residência, em torno do chanceler Mário Gibson Barbosa e vários embaixadores. Vai ser bom para matar a saudade dos bons tempos que não voltam mais!



Saúde

O Projeto ImunizaSUS abriu mais de 69 mil vagas para capacitar trabalhadores e profissionais de saúde de nível superior ou técnico e estudantes de todas as áreas da saúde. O curso "Fortalecimento das Ações de Imunizações nos Territórios Municipais", que tem inscrições até 26 de julho, é totalmente gratuito e on-line com certificado de extensão.

Dona Flor...

A trama de "Dona Flor e Seus Dois Maridos" tem duas efemérides de peso a celebrar em 2021: os 55 anos da publicação do livro de Jorge Amado e 45 anos da estreia do filme de Bruno Barreto dele derivado. Com um resultado de bilheteria épico, a produção cinematográfica vendeu mais de 10 milhões de ingressos no Brasil a partir de sua estreia, em 1976.

...e Salvador

Em 1979, uma indicação ao Globo de Ouro de melhor filme de língua não inglesa assegurou prestígio hollywoodiano a Bruno Barreto, que conquistou o Kikito de melhor direção em seu desempenho por traz das câmeras. Falando nos Barreto, Luiz Carlos e Lucy (foto) acabaram de ganhar o sétimo bisneto, Salvador, filho de Mariana Pelegrino Barreto e Vitor Vidigal.



VOTAÇÃO DEVE SER EM AGOSTO

Minirreforma do trabalho permite corte de salário e jornada

Deputado Christino Áureo (PP-RJ) propôs, ainda, a criação de dois novos programas trabalhistas

O relator da medida provisória que cria o novo programa de redução de salário e jornada, deputado Christino Áureo (PP-RJ), incluiu no texto uma minirreforma trabalhista que havia sido proposta pelo ministro Paulo Guedes em 2019 e perdeu validade no Congresso.

Além de prever que a medida de corte de jornada ou suspensão de contratos possa ser acionada futuramente em caso de calamidade, Áureo propôs a criação de dois novos programas trabalhistas. Um é voltado para a contratação de jovens e pessoas acima de 55 anos. O outro busca ampliar a qualificação profissional e servir de uma rampa de acesso ao mercado de trabalho a beneficiários de assistência social.

A proposta deve ser votada na Câmara em agosto.

O primeiro programa reedita as principais medidas apresentadas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) na MP da carteira verde e amarela.

Priore

Segundo o texto inserido por Áureo em seu relatório, podem ser contratados por meio do Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego) jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses.

Pelas regras previstas no relatório, haverá uma redução do recolhimento para o FGTS (Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço) dos empregados desta modalidade.

A alíquota mensal, que normalmente é de 8%, cairia para 2% (no caso de microempresas), 4% (empresas de pequeno porte) e 6% (demais empresas).

Como o FGTS é do trabalhador, a redução nos depósitos não afeta as contas do governo. Por isso, a medida não tem impacto fiscal.

O objetivo é cortar custos para o patrão contratar jovens. Por outro lado, os novos trabalhadores recebem menos na conta do FGTS por um período.

O texto indica que a contratação de trabalhadores por meio do Priore será feita exclusivamente para novos postos de trabalho e terá como referência a média do total de empregados registrados na folha de pagamentos entre 1º de janeiro de 2020 e o último dia do mês anterior ao da publicação da lei, ou a média apurada nos 3 últimos meses anteriores à contratação -vai prevalecer a menor.

Além disso, a contratação por meio do Priore é limitada a 25% do total de empregados da empresa. Funcionários contratados por outras formas de contrato de trabalho não poderão ser recontratados em modalidade do programa pelo mesmo empregador pelo prazo de 180 dias.

O contrato do Priore terá duração máxima de 24 meses. Se esse período for ultrapassado, será convertido automaticamente em contrato por prazo indeterminado.

Os trabalhadores contratados



Oposição aponta ameaça a direitos em novo texto da câmara

por meio do Priore terão direito de receber o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), com valor equivalente ao salário mínimo hora.

O bônus alcançará um quarto do número de horas de trabalho acordadas, limitado ao valor mensal correspondente à duração do trabalho de 11 horas semanais. O BIP será custeado com recursos da União e do Sistema S. Também poderá ser pago com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Na avaliação do vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), o texto ainda precisa ser negociado.

"Tem uma criação de um programa de estímulo para uma faixa etá-

ria onde o desemprego realmente é acima da média, mas o problema é que a fonte esvazia demais o Sistema S, que é o maior mecanismo e talvez quase que o único mecanismo de formação profissional no Brasil", afirmou.

O relator também incluiu o Requip, regime de qualificação profissional com duração de três meses voltado a reduzir os impactos sociais e no mercado de trabalho causados pela pandemia de Covid-19.

A medida é voltada para pessoas entre 18 anos e 29 anos, ou desempregadas há mais de dois anos, ou beneficiários de programas federais de transferência de renda. Portanto, não é válido para menos de 18 anos.

Oposição lamenta mudanças

A líder do PSOL na Câmara, Talíria Petrone (RJ), lamentou as mudanças. "Os dispositivos inseridos atacam fortemente uma série de direitos justamente da parcela mais vulnerável das trabalhadoras e trabalhadores a partir da criação de um regime semelhante ao que era a proposta da Carteira Verde e Amarela, rejeitada fortemente pela sociedade", disse. "É como se essas trabalhadoras e trabalhadores fossem uma parcela inferior da sociedade que não faz jus aos direitos trabalhistas do restante. Inadmissível nesse momento."

O líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), também criticou. "Não bastassem todas as restrições e prejuízos temporários impostos pela pandemia, a base do governo Bolsonaro ainda quer se aproveitar desse momento de elevado desemprego e fragilidade dos trabalhadores para fazer uma nova reforma trabalhista, que retira de forma permanente ainda mais direitos e flexibiliza a fiscalização do trabalho", disse.

O governo também negociou com o relator um mecanismo para ativar o programa de suspensão de contratos e corte de jornadas e salários nos próximos anos. A proposta é que a medida tenha validade em localidades específicas, e não apenas nacionalmente.

Esse programa trabalhista, chamado de BEm (benefício emergencial), portanto, se tornaria permanente e seria usado em caso de calamidade.

A ideia é permitir que o programa seja acionado também em casos regionalizados, por exemplo, quando há uma calamidade provocada por seca, enchentes, outras catástrofes ou até mesmo em crises, como o apagão registrado no Amapá no ano passado.

O relatório prevê situações de emergência de saúde pública ou estado de calamidade pública em âmbito estadual, municipal ou do DF reconhecidas pela União.

BENEFÍCIO EMERGENCIAL (BEM)

- Programa emergencial que autoriza suspensão de contrato e redução de jornada e salário de trabalhadores, com compensação a ser paga pelo governo às pessoas afetadas
- Patrão e empregado deverão negociar acordo
- Medida pode valer por até quatro meses. Nesse período, trabalhador recebe compensação pela perda de renda
- Cálculo depende do percentual do corte de jornada e valor que trabalhador tem direito atualmente com o seguro-desemprego
- Se o corte de jornada for de 50%, a compensação será metade da parcela de seguro-desemprego que o trabalhador teria direito se fosse demitido. Gastos devem ser de R\$ 10 bilhões
- Relator incluiu programa para jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses
- Pelas regras previstas no relatório, haverá uma redução do recolhimento para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) dos empregados desta modalidade.
- Relator também incluiu o Requip, regime de qualificação profissional com duração de três meses voltado a reduzir os impactos sociais e no mercado de trabalho causados pela pandemia de Covid-19
- Texto regulamenta o critério de dupla visita, considerado por críticos como uma flexibilização da fiscalização trabalhista